EDUCAR ALÉM DOS MUROS: VIVÊNCIAS NOS ESTÁGIOS EM EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Cláudia Cotrim Xavier
Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, BA, Brasil
cotrimxavierclaudia@gmail.com
Cleidimar Marinho Silva
Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, BA, Brasil
marinhocleidimar76@gmail.com
Maria Rutth da Silva Costa
Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, BA, Brasil
mariarutth1@gmail.com
Rute Leila Mota dos Santos
Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, BA, Brasil
ruteleilamota8@gmail.com
Vitória de Souza Santos
Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, BA, Brasil
vsouzasantos221@gmail.com

EIXO 2: POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E DE CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO BÁSICA E NO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA

Guanambi – BA, julho de 2025

Prezada comunidade acadêmica,

Nós, estudantes do curso de licenciatura da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII – Guanambi, viemos, por meio desta carta, compartilhar as experiências construídas durante o nosso estágio em educação não formal, realizado no âmbito do componente Pesquisa e Estágio em Espaços não Escolares. Esta carta foi elaborada a partir da solicitação da professora Solange, no componente Fundamentos Teórico Práticos do Ensino da

de Língua Portuguesa, como forma de refletirmos sobre os caminhos trilhados ao longo dessa vivência tão significativa.

Cada grupo vivenciou a prática em um espaço diferente, o que nos permitiu experimentar a diversidade e a potência da educação não formal. Atuamos no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da UNEB, na Biblioteca Pública Municipal de Tanque Novo e na Escolinha de Futebol Nova Esperança, no distrito de Morrinhos. A pluralidade desses contextos contribuiu para que compreendêssemos, na prática, que a educação não formal não está vinculada a prédios ou instituições, mas acontece por meio de diálogos temáticos, em diferentes contextos sociais, como afirma Gohn (2016).

No NAI, acompanhamos de perto o trabalho voltado à permanência e à participação plena de estudantes com deficiência na vida acadêmica. A sala onde ocorrem os atendimentos é simples, mas funcional, os atendimentos individualizados demonstram o cuidado e o respeito às singularidades dos sujeitos. A linguagem, em suas diferentes formas falada, escrita, visual e sensorial aparece como ferramenta indispensável no acolhimento, na mediação e no apoio pedagógico. O NAI também desenvolve ações como oficinas, campanhas informativas, materiais adaptados e uso de recursos acessíveis como Libras, Braille e cronogramas visuais. Nesse espaço, pudemos observar a importância de políticas públicas inclusivas, como estabelece a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), é dever da educação garantir o aprimoramento dos sistemas educacionais por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade, visando eliminar barreiras e promover a inclusão plena. A legislação assegura o direito à permanência e à aprendizagem de todos os estudantes e vê-se no trabalho do NAI um exemplo concreto dessa prática.

Já na Biblioteca Pública Municipal de Tanque Novo, fomos acolhidas por um ambiente silencioso, limpo, bem organizado e com um espaço especialmente voltado ao público infantil. Realizamos diversas atividades, com destaque para as contações de histórias com crianças que nunca haviam frequentado a biblioteca. Utilizamos as redes sociais para divulgar convites e, com o apoio da comunidade, conseguimos levar várias crianças para conhecerem o espaço. Muitas delas entraram pela primeira vez e se encantaram com a possibilidade de fazer uma

carteirinha e levar livros para casa. As leituras eram feitas tanto em grupos quanto individualmente, de forma espontânea e sensível. Aproveitávamos os momentos antes ou depois das aulas de balé, realizadas na sala ao lado, para envolver as crianças em vivências de escuta, imaginação e encantamento. Fomos recebidas com carinho por uma funcionária que atua no turno da tarde e com ela fortalecemos os laços com a comunidade leitora. Essa vivência nos mostrou que a educação não formal acontece com presença, cuidado e escuta e que espaços simples, quando abertos ao olhar da infância, podem se tornar profundamente formativos. Conforme Gohn (2016), a educação não formal deve ser compreendida como um processo de aprendizagem construído por meio do diálogo e não como algo limitado a estruturas físicas.

No distrito de Morrinhos, a experiência se deu na Escolinha de Futebol Nova Esperança, com meninas entre 4 e 14 anos. Observamos que muitas apresentavam dificuldades psicomotoras e que o ambiente carecia de ações mais lúdicas e educativas. A partir disso, foi criado o projeto “Meninas em Movimento: Brincar, Aprender e Chutar com Propósito”, que ocupou a praça pública como espaço de cuidado, expressão e aprendizagem. As propostas incluíram exercícios com foco no desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio, ritmo, percepção espacial e autoestima, além da valorização do corpo e do brincar.

Não utilizamos recursos escritos ou tecnológicos, mas a linguagem esteve presente o tempo todo: nas conversas, nos gestos, nas expressões e no afeto compartilhado. Como destaca Cordeiro (2024), a psicomotricidade permite que as crianças explorem seus corpos, desenvolvam equilíbrio, controle postural e habilidades motoras, contribuindo também para o desenvolvimento emocional e social, além de oferecer um espaço seguro para a expressão das emoções. Ao final do projeto, o impacto foi perceptível: as meninas se mostraram mais confiantes, felizes e orgulhosas de suas conquistas e nós, estudantes de Pedagogia, também saímos transformadas pela experiência.

Encerramos esta carta com a certeza de que a educação não formal tem um valor imenso em nossa formação. Cada espaço nos ensinou que educar vai muito além da sala de aula e do conteúdo escolar. Aprendemos que é possível ensinar e aprender em qualquer lugar onde haja afeto, escuta, disponibilidade e respeito. A linguagem se apresentou de muitas formas nos

textos, nas falas, nos gestos e nas interações e, em cada uma dessas formas, reconhecemos seu poder de criar vínculos, provocar descobertas e transformar realidades. Saímos deste estágio com o coração cheio de aprendizados e com mais vontade de construir práticas educativas que façam sentido na vida das pessoas.

Com carinho,

Cláudia, Cleidimar, Maria Rutth, Rute Leila e Vitória.

Estudantes da Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Campus XII – Guanambi

Palavras-chave: Educação não formal. Inclusão. Psicomotricidade. Práticas Educativas

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 29 abr. 2025.

CORDEIRO, Aline de Lima. Desenvolvendo habilidades motoras e cognitivas na primeira infância: a importância da psicomotricidade. *Revista Mais Educação.* v. 7, n. 5, jul. 2024.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2016.